

O legado de Eduardo Guardia

Rogério L. Furquim Werneck*

No mundo anglo-saxão, entende-se por *soul-searching* o balanço cuidadoso e profundo de ideias e sentimentos, a que se entregam os que estão prestes a tomar uma decisão muito difícil ou imersos em reflexões sobre algo importante que deu errado.

Quem quer que tenha acompanhado de perto a árdua batalha pela consolidação fiscal, que vem sendo travada há pelo menos 30 anos no País, não pôde evitar certa propensão a *soul-searching*, ao se inteirar da morte prematura de Eduardo Guardia, aos 56 anos.

Guardia foi uma figura exemplar nessa batalha, tendo se destacado em várias frentes, a partir dos seus 35 anos. Comandou a Secretaria do Tesouro Nacional na crise pré-eleitoral de 2002. E, de 2003 a 2005, foi secretário de Fazenda do Estado de São Paulo. Mas a posição em que mais se destacou foi como secretário executivo do Ministério da Fazenda e, posteriormente, ministro da Fazenda do governo Temer. Como bem se sabe, coube-lhe, entre 2016 e 2018, a missão impossível de retomar o controle sobre as contas públicas e repor a economia nos trilhos, após o desastroso descarrilamento perpetrado pelo governo Dilma Rousseff.

Pouco antes das eleições de 2018, Guardia e sua equipe, em mais um gesto raro e exemplar, puseram à disposição dos candidatos a presidente um documento extraordinariamente competente, sob o título “Panorama fiscal brasileiro”, que explicitava com clareza as dificuldades que o presidente que viesse a ser eleito estaria fadado a enfrentar. E detalhava medidas pendentes que deveriam ser tomadas. Foi uma pena que Paulo Guedes não tivesse dado a esse documento toda a importância que merecia.

Não é que já se possa dizer, a esta altura, que a batalha pela consolidação fiscal deu errado. O que preocupa é que, em Brasília, os valores que nortearam a condução dessa batalha, que Guardia sabia promover e defender como poucos, estão sendo rapidamente perdidos, muito antes de a consolidação ter chegado a bom termo.

Basta lembrar o grotesco calote dos precatórios do final do ano passado, o primitivismo do populismo fiscal eleitoreiro de Bolsonaro e a insistência do PT num discurso fiscal insequente. Desde que Lula desfraldou a bandeira da nova matriz econômica em seu segundo mandato, o PT tem se mostrado incapaz de articular uma visão minimamente lúcida da essência do desafio fiscal que o País enfrenta.

O mais grave, contudo, são os efeitos fiscais da progressiva fragilização do Poder Executivo, que teve origem no desastre do governo Dilma Rousseff e avançou pelos dois governos seguintes. A verdade é que os três últimos presidentes, Dilma, Temer e Bolsonaro, cada um à sua maneira, enfrentaram situações em que se viram à mercê do Parlamento. E, para tentar escapar do *impeachment*, cada um deles se dispôs a ceder poder adicional no processo orçamentário ao Congresso.

Mais poder ao Parlamento em matéria orçamentária, em bases republicanas, poderia ter sido um aprimoramento institucional importante que teria dado ao País um arranjo mais parecido ao que se observa em democracias mais avançadas. Mas não foi o que se viu. Os poderes adicionais que, aos poucos, Dilma, Temer e Bolsonaro cederam ao Congresso simplesmente ampliaram a capacidade dos parlamentares de aprovar, com caráter impositivo, emendas absolutamente paroquiais, restritas ao atendimento de interesses específicos de partes de suas bases eleitorais.

Tudo isso redundou, afinal, no alarmante sequestro do processo orçamentário pelo Centrão, com uso abusivo de emendas do relator, no quadro do que passou a ser rotulado de Orçamento secreto. Estima-se que recursos correspondentes já a quase um quarto das despesas não-obrigatórias vêm sendo dilapidados em emendas desse tipo. O que vem tolhendo a capacidade do Poder Executivo de cooptar coalizões estáveis no Congresso que possam respaldar a condução de uma política fiscal sustentável.

É triste constatar: em condições tão adversas, não será nada fácil fazer avançar a agenda inacabada de consolidação fiscal que Eduardo Guardia vislumbrava.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.